IV.1.3) Publicações anteriores referentes ao mesmo projecto

IV.1.3.1) Anúncio de pré-informação referente ao mesmo projecto

Número do anúncio no índice do *Jornal Oficial da União Europeia*
 □□□□/S □□□□-□□□□□□□□ de □□/□□/□□□□
 ou para processos abaixo do limiar
 no *Diário da República* □□□□□□ IIª Série
 □□□□/□□□□ de □□/□□/□□□□

IV.1.3.2) Outras publicações anteriores

Número do anúncio no índice do *Jornal Oficial da União Europeia*
 □□□□/S □□□□-□□□□□□□□ de □□/□□/□□□□
 ou para processos abaixo do limiar
 no *Diário da República* □□□□□□ IIª Série
 □□□□/□□□□ de □□/□□/□□□□

IV.1.4) Número de empresas que a entidade adjudicante pretende convidar a apresentar propostas

Número □□ ou Mínimo □□ / Máximo □□

IV.2) CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO

A) Preço mais baixo

Ou:

B) Proposta economicamente mais vantajosa, tendo em conta

B1) Os critérios a seguir indicados

Preço total;

Curriculum vitae da equipa responsável pela elaboração dos estudos e projectos e composição da mesma;

Metodologia proposta para a elaboração do projecto;

Experiência do concorrente na elaboração de trabalhos semelhantes.

Por ordem decrescente de importância NÃO SIM

ou

B2) Os critérios indicados no caderno de encargos

IV.3) INFORMAÇÕES DE CARÁCTER ADMINISTRATIVO

IV.3.1) Número de referência atribuído ao processo pela entidade adjudicante
 Concurso público n.º 4/I. R. O. A./2006.

IV.3.2) Condições para a obtenção de documentos contratuais e adicionais

Data limite de obtenção □□/□□/□□□□ ou 0 2 0 dias a contar da publicação do anúncio no *Diário da República*.

Custo: 50 euros. Moeda: euro.

Condições e forma de pagamento:

Em numerário ou cheque emitido a favor do I. R. O. A., no serviço indicado em I.1).

As cópias do processo de concurso serão fornecidas no prazo máximo de quatro dias subsequentes à data de recepção do respectivo pedido por escrito.

IV.3.3) Prazo para recepção de propostas ou pedidos de participação

□□/□□/□□□□ ou 0 3 0 dias a contar da sua publicação no *Diário da República*

Hora: até às 17 horas e 30 minutos.

IV.3.4) Envio dos convites para apresentação de propostas aos candidatos seleccionados

Data prevista □□/□□/□□□□

IV.3.5) Língua ou línguas que podem ser utilizadas nas propostas ou nos pedidos de participação

ES DA DE EL EN FR IT NL PT FI SV Outra - país terceiro

IV.3.6) Prazo durante o qual o proponente deve manter a sua proposta

Até □□/□□/□□□□ ou □□ meses e/ou 0 6 0 dias a contar da data fixada para a recepção das propostas

IV.3.7) Condições de abertura das propostas

IV.3.7.1) Pessoas autorizadas a assistir à abertura das propostas

O acto de abertura das propostas é público; contudo, só poderão intervir nesse acto os concorrentes ou os seus representantes devidamente credenciados, nos termos do programa do concurso, devendo exibir, além da credencial, o respectivo documento de identificação.

IV.3.7.2) Data, hora e local

Data □□/□□/□□□□, _____ dias a contar da publicação do anúncio no *Diário da República* ou

No dia útil seguinte à data limite para a apresentação de propostas

Hora: 10 horas. Local: Instituto Regional de Ordenamento Agrário [I.1].

SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES ADICIONAIS

VI.1) TRATA-SE DE UM ANÚNCIO NÃO OBRIGATÓRIO?

NÃO SIM

VI.2) INDICAR, SE FOR CASO DISSO, SE SE TRATA DE UM CONCURSO PERIÓDICO E O CALENDÁRIO PREVISTO DE PUBLICAÇÃO DE PRÓXIMOS ANÚNCIOS

VI.3) O PRESENTE CONTRATO ENQUADRA-SE NUM PROJECTO/PROGRAMA FINANCIADO PELOS FUNDOS COMUNITÁRIOS?

NÃO SIM

Em caso afirmativo, indicar o projecto/programa, bem como qualquer referência útil

VI.4) OUTRAS INFORMAÇÕES

Preço base do concurso: 200 000 euros, com exclusão de IVA.

O prazo de recepção das propostas referido em IV.3.3) começa a contar-se no dia seguinte ao da publicação do anúncio no *Diário da República*.

O acto público do concurso referido em IV.3.7.2) começa a contar-se no dia seguinte ao da publicação do anúncio no *Diário da República*.

VI.5) DATA DE ENVIO DO PRESENTE ANÚNCIO PARA PUBLICAÇÃO NO *Jornal Oficial da União Europeia*

□□/□□/□□□□

* Cfr. descrito no Regulamento CPV 2151/2003, da Comissão, publicado no *Jornal Oficial da União Europeia* n.º L329, de 17 de Dezembro, para os contratos de valor igual ou superior ao limiar europeu.

** Cfr. descrito no Regulamento 3696/93, publicado no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* n.º L342, de 31 de Dezembro, alterado pelo Regulamento 1232/98, da Comissão, de 17 de Junho, publicado no *Jornal Oficial das Comunidades Europeias* n.º L177, de 22 de Junho.

30 de Outubro de 2006. — O Presidente do IROA, *André Manuel Pereira de Viveiros*.
 1000307469

ORGANISMOS AUTÓNOMOS

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Reitoria

ANÚNCIO DE CONCURSO

Obras

Fornecimentos

Serviços

O concurso está abrangido pelo Acordo sobre Contratos Públicos (ACP)?

NÃO SIM

SECÇÃO I: ENTIDADE ADJUDICANTE

I.1) DESIGNAÇÃO E ENDEREÇO OFICIAIS DA ENTIDADE ADJUDICANTE

Organismo Reitoria da Universidade Nova de Lisboa	À atenção de
Endereço Campus de Campolide	Código postal 1099-085
Localidade/Cidade Lisboa	País Portugal
Telefone	Fax
Correio electrónico	Endereço Internet (URL)

SECÇÃO VI: INFORMAÇÕES ADICIONAIS

VI.4) OUTRAS INFORMAÇÕES

Anulação do concurso público para elaboração do projecto do edifício da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa (publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 15, de 18 de Janeiro de 2002).

Despacho R 1936/2006

Nos termos do anúncio publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 15, de 18 de Janeiro de 2002, a Universidade Nova de Lisboa abriu concurso público para elaboração do projecto do edifício da Faculdade de Direito desta Universidade, estabelecendo que o edifício teria a área bruta de 14 076 m².

À data encontrava em fase de conclusão o acordo entre os Ministérios da Defesa Nacional e Ciência e Ensino Superior, no sentido de que a propriedade sobre uma parcela de terreno, sita na zona sul do Campus de Campolide, seria transferida para a Universidade Nova de Lisboa (UNL).

Esta parcela, confinante com o prédio urbano já afecto definitivamente a esta Universidade, completaria a área de implantação do referido projecto.

Posteriormente, e por modificações profundas na orientação na política governamental, a que não parece ter sido estranho o défice das contas públicas, aquela transferência não ocorreu, o que constituiu um desfecho imprevisto das negociações entre as supra-referidas entidades e a UNL.